

P. P. I.



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa SEMANAL

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54

EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO	17. JAN. 1980	POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

Pintasilgo recusa demitir-se

Lurdes Pintasilgo, chamada ao gabinete de Freitas do Amaral, foi colocada perante o facto do Governo não lhe conceder confiança para o exercício do cargo de chefe da Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO, na falta daquela em colocar o seu lugar à disposição do novo Executivo ou em solicitar instruções para a sua futura actuação, face ao Programa do Governo aprovado na Assembleia da República. Mesmo assim, a anterior Primeiro-Ministro, já demitida, esperava que o Presidente da República interceda em seu favor.

O discurso de Freitas do Amaral no Parlamento foi bem recebido nas Necessidades e prevê-se avultada movimentação diplomática para preencher vagas nas Embaixadas de Londres, Bona, Madrid, Maputo e Luanda, ao mesmo tempo que os outros oito «embaixadores políticos» vão ser «convidados» a colocar, igualmente, os seus lugares à disposição do Governo.

Pág. 12



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO	17. JAN. 1980	POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

VAGA NA UNESCO

Pintasilgo recusa demitir-se

A eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo foi recebida ontem de manhã pelo vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, prof. Freitas do Amaral, com o propósito de lhe ser comunicado que, não merecendo a confiança indispensável para exercer o cargo de embaixador junto da UNESCO em Paris, lhe solicitava que colocasse o seu lugar à disposição do Governo. Pedido a que, a anterior primeiro-ministro se recusou a atender. Nesses termos, o prof. Freitas do Amaral informou-a de que irá propor a sua exoneração em Conselho de Ministros.

Antecipando-nos à provável aprovação desta proposta em Conselho de Ministros, restará ao Presidente da República homologá-la, através da promulgação do respectivo decreto de exoneração. Não se crê que o general Ramalho Eanes possa encontrar motivos suficientemente fortes para demover o Governo da Aliança Democrática, recentemente mandatado pelo eleitorado e com maioria parlamentar expressa na Assembleia da República, do propósito de exonerar Lurdes Pintasilgo de embaixador junto da UNESCO. No entanto, só o tempo confirmará esta hipótese, já que o general Ramalho Eanes é um homem impreviável.

A eng.ª Lurdes Pintasilgo, conhecedora desta hipótese, tinha apressado o seu regresso a Paris, quando seria, no mínimo, curial que, de livre vontade e segundo a praxe, quando da mudança de governo, colocasse o seu lugar à disposição do novo executivo. Por outro lado, encontrando-se em Lisboa e sabendo que o Governo da Aliança Democrática teria, forçosamente, um Programa de Política Externa diferente, não apenas do seu próprio governo mas, também, dos governos anteriores, seria igualmente de rigor que, antes da sua partida para Paris (mesmo no caso do seu cargo ser, eventualmente, confirmado) pedisse uma audiência ao novo titular dos Estrangeiros para receber instruções quanto à sua futura actuação ao serviço do País.

Ao não optar por qualquer destes procedimentos, deu a entender, claramente, que estaria a actuar fora das normas elementares de diplomacia. O que constitui outro mau exemplo da parte de quem ocupou o cargo de primeiro-ministro, a quem foi, entretanto, oferecido um cargo internacional nos quadros superiores da própria UNESCO, pelo respectivo director-geral.

O encontro Freitas do Amaral-Lurdes Pintasilgo teve lugar no gabinete do ministro no Palácio das Necessidades, demorou perto de uma hora e teve um carácter cordial mas irredutível, de parte-a-parte.

É evidente que Lurdes Pintasilgo não gosa de grande simpatia no Ministério quer por se tratar de um «embaixador político» quer pela sua actuação na ponta final do seu governo, ao recusar-se, por exemplo, a assinar a proposta de Freitas Cruz, para a nomeação de três funcionários superiores à categoria de embaixador, conforme divulgámos na nossa última edição.

Aventa-se a hipótese de um compromisso pessoal entre o general Ramalho Eanes e Lurdes

Pintasilgo, quando do convite que lhe endereçou para chefiar o VI Governo Constitucional continuar em aberto, à sua disposição, o lugar de embaixador junto da UNESCO, em Paris. No entanto, tal compromisso não teria qualquer base de apoio legal.

De qualquer maneira, até se cumprir a formalidade do Programa de Governo ser aprovado na Assembleia da República, não poderia nunca nem Freitas do Amaral nem o Governo tomar quaisquer compromissos quanto à movimentação de embaixadores. Afinal, mais um exemplo triste da falta de experiência e da falta de assessores à altura, por parte de quem chegou a ocupar o mais elevado cargo no executivo em Portugal.

MOVIMENTAÇÃO DE EMBAIXADORES

É propósito do Governo da Aliança Democrática propor a todos os embaixadores políticos que coloquem os seus lugares à disposição, na certeza de que o façam, habituados como têm estado a que seja o próprio poder a pedir-lhes para continuar nos respectivos postos. Alguns, foram até transferidos de uma capital para outra, como se dispostos a fazer carreira numa carreira que não é a sua.

De momento, exercem funções de embaixadores as seguintes individualidades estranhas à carreira diplomática: António Flores Andrade, em Lusaka; José Custódio de Freitas Fernandes Fafe, na Cidade do México; Ernâni Rodrigues Lopes, junto da CEE em Bruxelas (anteriormente em Bona); José Pires Cutileiro, junto do Conselho da Europa, em Estrasburgo (anteriormente conselheiro cultural em Londres); Álvaro Soares Guerra, em Belgrado; Walter Rosa, em Caracas; Manuel João da Palma Carlos, em Havana; Henrique Granadeiro, junto da OCDE, em Paris; e Maria de Lurdes Pintasilgo, junto da UNESCO, em Paris.

Entretanto, cessaram as suas funções António Coimbra Martins, em Paris, e Vitor da Cunha Rego, em Madrid.

Sempre foi considerado que onze embaixadores políticos era um número excessivo para um país como Portugal.

O Governo da Aliança Democrática está, também, preocupado porque cinco importantes embaixadas estão, desde há alguns meses, sem titular, nomeadamente Londres, Bona, Maputo, Luanda e Madrid.

Para Madrid está já nomeado o dr. Sá Coutinho (anteriormente em Luanda). Para Bona deverá seguir o dr. Paulo Enes (secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros dos dois anteriores gabinetes). Quanto à Embaixada de Londres, o Governo da Aliança Democrática não estará disposto a assinar a nomeação do embaixador Freitas Cruz (ministro dos Estrangeiros dos dois anteriores governos) por razões ainda não inteiramente apuradas e que podem vir a ter reflexos negativos, até a nível internacional, uma vez que a Corte Britânica já tinha concedido o «agrément». Teria sido, por outro lado, a pedido do Presidente da República que o embaixador Freitas Cruz se manteve no cargo de ministro dos Estrangeiros até ao final do mandato do Governo Pintasilgo, o que, aparentemente, agora se reflectiu em seu desfavor.